

economia

Greve dos caminhoneiros tem baixo risco no Estado

Mesmo com chance reduzida, entidades alertam para ambiente instável

/TRANSPORTE

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

A disparada no preço do diesel, impulsionada pela escalada do petróleo no mercado internacional em meio ao conflito envolvendo o Irã e tensões no Estreito de Ormuz, reacendeu o temor de uma paralisação de caminhoneiros no Brasil. No Rio Grande do Sul, no entanto, o cenário ainda é de incerteza - e sem mobilização formal até o momento.

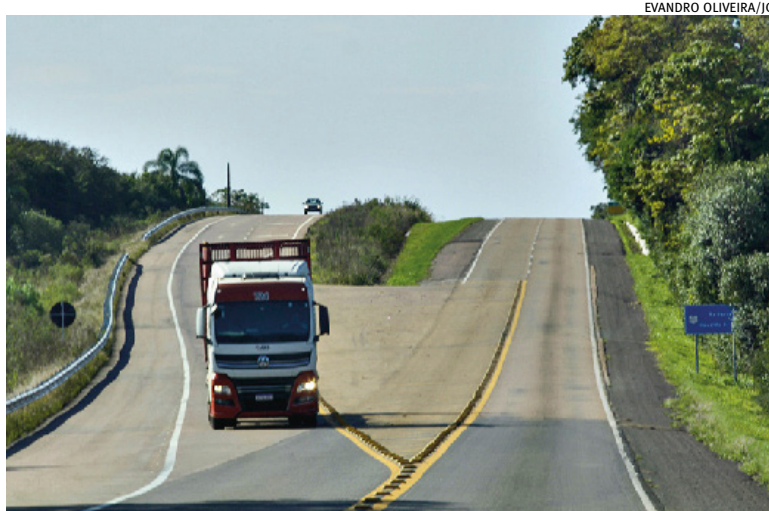
Apesar da pressão crescente sobre os custos do transporte, entidades do setor afirmam que não há, por ora, qualquer movimento organizado no Estado. A avaliação, porém, vem acompanhada de um alerta: o ambiente é instável e pode mudar rapidamente.

“Hoje, no Rio Grande do Sul, nenhum sindicato deliberou sobre paralisação. Não houve assembleia nem decisão formal”, afirma o presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos do Estado do Rio Grande do Sul (Fecam-RS), André Luis Costa. Segundo ele, as manifestações mais recentes partiram de grupos localizados, principalmente em Santa Catarina e São Paulo, sem articulação nacional consolidada.

Empresas seguem operando, mas reconhecem pressão

Já do lado das transportadoras, a posição é clara: não há apoio a paralisações, mas há reconhecimento de que o setor está sob forte pressão. “No Estado, não temos nada concreto. O risco existe, mas considero pequeno neste momento”, afirma o presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga e Logística no RS (Setcergs), Delmar Albarello.

As empresas gaúchas, segundo ele, seguem operando normalmente, sem registro de retenção de cargas ou atrasos generalizados. Ainda assim, o dirigente destaca que a insatisfação dos caminhoneiros autônomos é crescente, impulsionada principalmente pela “diferença entre o discurso oficial da União e a realidade nas bombas”.



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Pano de fundo de tensão é o preço do diesel, que voltou a subir

Ainda assim, o dirigente evita descartar o risco. “Não há como prever. A situação pode mudar de um dia para o outro. Pode haver bloqueios, aumento de preços ou desabastecimento. O que temos hoje é um ambiente de incerteza”, resume.

O pano de fundo da tensão é conhecido: o diesel, principal insumo do transporte rodoviário, voltou a subir com força. Dados recentes da Agência Nacional do Petróleo (ANP) apontam alta de cerca de 12% no preço médio do litro apenas na última semana, reflexo direto da valorização do barril no mercado internacional.

Com o petróleo do tipo Brent negociado na casa dos US\$ 100 -

após avanço de mais de 50% em um mês -, o impacto chega rapidamente às bombas. No Brasil, a dependência de importação de cerca de 30% do diesel agrava o cenário.

Nesse sentido, para os caminhoneiros autônomos, a equação é “simples”: o custo sobe, mas o frete nem sempre acompanha. “Se esse valor acompanhasse o aumento do diesel, provavelmente não haveria tanta discussão sobre paralisação”, afirma Costa. Conforme ele, o combustível pesa diretamente na rentabilidade do autônomo, que muitas vezes não negocia diretamente com o dono da carga e tem menor poder de repasse.

Por outro lado, diante da escalada dos preços, o governo federal anunciou medidas emergenciais, como a zeragem de PIS e Cofins sobre o diesel e a concessão de subsídios ao setor. Também abriu diálogo com os estados para uma possível redução do ICMS.

No Rio Grande do Sul, o governador Eduardo Leite sinalizou apoio à redução do imposto, desde que haja compensação por parte da União. Segundo ele, a perda de arrecadação impactaria diretamente áreas como Saúde, Educação e Segurança.

Já entidades do setor de combustíveis avaliam que as medidas podem aliviar a pressão no curto prazo, mas alertam para riscos de instabilidade regulatória e falta de previsibilidade.

Fazenda oferece R\$ 3 bilhões para estados zerarem ICMS do diesel

O Ministério da Fazenda propôs aos estados a isenção de ICMS sobre a importação de diesel, mediante uma compensação federal que cobriria 50% do impacto da medida. O custo é estimado em R\$ 3 bilhões para a União e o mesmo valor para os estados, considerando dois meses de duração da medida.

A isenção iria até 31 de maio, com o objetivo de reduzir barreiras e garantir o abastecimento do mercado interno, diante de relatos de alguns estados sobre falta de diesel nos postos.

A proposta foi levada pelo secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, aos secretários de Fazenda dos estados em reunião ontem. O encontro foi virtual e ocorreu após convocação do governo federal, como antecipou a Folha de S.Paulo.

Segundo Durigan, o custo da proposta seria de R\$ 1,5 bilhão por mês para a União, e um valor igual para os estados. Os números ainda podem mudar, pois os secretários pediram tempo para avaliar os dados e refinar essas estimativas antes de tomar qualquer decisão. Entre eles, a proposta foi recebida como uma oferta de R\$ 3 bilhões, considerando o prazo da isenção.

De acordo com o relato de participantes, o Ministério da Fazenda ainda não formalizou a proposta por escrito, mas se comprometeu a fazê-lo nos próximos dias para que o tema seja decidido até a próxima reunião presencial do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), programada para 27 de março.

O Confaz é o órgão colegiado responsável por temas relacionados ao ICMS, inclusive decidir a alíquota do imposto cobrada sobre

os combustíveis, que é única. Ele reúne todos os secretários de Fazenda e é presidido pelo Ministério da Fazenda, na figura de Durigan.

Após o encontro, o secretário-executivo disse a jornalistas que qualquer redução de ICMS tem que ser feita “em comum acordo com os estados”.

“Está todo mundo muito ciente do momento delicado que a gente passa no país, um momento em que nós temos uma guerra externa, que não tem nada a ver conosco, mas que está implicando custos ao país, às famílias, aos caminhoneiros, e nós estamos fazendo o melhor possível, respeitando a governança da Petrobras, adotando as medidas que têm neutralidade fiscal, com a menor intervenção possível”, afirmou.

Hoje, a alíquota de ICMS sobre o diesel é única, no valor de R\$ 1,17 por litro. A cobrança é feita tanto na venda do combustível doméstico quanto importado.

Pela proposta da Fazenda, os estados reduziram a alíquota a zero, e o equivalente a R\$ 0,585 seria arcado pela União, por meio de uma subvenção paga aos estados.

“Os estados apurariam qual é a renúncia de cada estado para fins de ICMS na importação do diesel durante esse período, e a gente poderia fazer uma espécie de subvenção direta para os estados”, disse o secretário. “Caso isso avance, nós vamos desenhar o processo e dar a público no momento devido. A proposta é essa, para cada R\$ 1,00 que o estado contribua, que a União contribua com R\$ 1,00 também”, acrescentou. toda a cadeia de combustíveis, que os estados arrecadam e é uma receita importante”, afirmou.

Governo anuncia medidas para garantir cumprimento de pisos de frete

O ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou nesta quarta-feira, medidas adicionais para garantir o cumprimento dos pisos mínimos de frete do transporte rodoviário de cargas. A ameaça de paralisações de caminhoneiros em diversas regiões do País está sendo sinalizada por lideranças da categoria.

“Quem insistir em desrespeitar a tabela passará a ser efetivamente responsabilizado, como transportador, contratante, acionista ou controlador da empresa, com medidas que interromperão

a irregularidade, desestimularão a reincidência e corrigirão distorções de mercado”, afirmou o ministro em postagem no X.

Renan Filho defendeu ser necessário “avançar na proteção dos caminhoneiros e no equilíbrio no transporte de cargas no Brasil”.

O Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informaram que foram intensificadas ao longo dos últimos meses a fiscalização eletrônica e em campo no setor.